

# NOTAS ECONÓMICAS

3

**ROBERT BOYER** LES CAPITALISMES VERS LE XXI<sup>ème</sup> SIÈCLE (I)

**PAULINO TEIXEIRA** TAX DISTORTIONS AND THE INTER-INDUSTRY WAGE STRUCTURE

**ADELINO FORTUNATO** ESTRUTURAS DE MERCADO, INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E PODER DE MONOPÓLIO

**MARGARIDA ANTUNES** A COORDENAÇÃO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS MACROECONÓMICAS

**MARIA DE FÁTIMA PINHO/JOSÉ COSTA** AS FUNÇÕES PREÇO-HEDÓNICAS NO MERCADO DE HABITAÇÃO

**JOÃO ARRISCADO NUNES** A POÉTICA E A POLÍTICA DA CIÊNCIA ECONÓMICA

REVISTA DA FACULDADE DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA



## Círculo FEUC

### Provas Académicas na FEUC

Publicam-se nesta secção os resumos das teses de doutoramento, das teses de mestrado e das Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica referentes ao corrente ano lectivo.

### Teses de Doutoramento

**Valeur, Prix, Dynamique Non-Proportionnelle: une mise en perspective des apports critiques et constructifs du courant néocambridgien**

**Maria Adelaide Pedrosa Silva Duarte**

C'est sur le programme non-néoclassique de recherche de la tradition néocambridgienne, qui a débuté il y a trente ans, que porte la réflexion entreprise tout au long de cette thèse, à partir de l'étude des composantes variées (néocardienne et post-keynésienne notamment) de ce courant, qui s'est constitué autour du thème intégrateur de la théorie de la valeur et de la répartition marginaliste, mais aussi et plus récemment, à partir des travaux, dans les années 80, de Pasinetti (et de ses successeurs) portant sur la théorisation de la dynamique de l'économie capitaliste. On se propose dans ce travail de montrer la richesse de ces analyses, d'abord dans leur capacité critique du courant dominant, puis dans l'originalité des voies de reconstruction d'une véritable théorie dynamique qu'elles apportent pour mieux comprendre les problèmes que rencontrent les économies actuelles. Les outils d'analyse sont abordés dans un ordre croissant de complexité qui va de leur développement dans un cadre statique et de dynamique proportionnelle à un cadre de dynamique non-proportionnelle. Le dépassement de la nature statique de la théorie des prix de production, telle qu'elle a été développée dans les années soixante, soixante-dix et qui trouve en Sraffa son représentant le plus éminent, et son articulation au sein d'une théorie de la croissance non proportionnelle, est un des objectifs majeurs que nous poursuivons.

Dans le Chapitre I, nous analysons comment les modèles de prix de production néocambridgiens, une fois acceptés par les économistes néoclassiques, ont permis de mener une critique interne à plusieurs versions de la théorie de la valeur et de la répartition marginaliste. On en déduit que l'acquis le plus important a été la théorie des prix de production de Sraffa qui a doté les économistes de Cambridge (Angleterre) d'une théorie des prix rigoureuse leur permettant d'entreprendre la critique de la conception du capital.

Dans le Chapitre II, nous entreprenons un retour aux sources classiques qui permet d'apprécier la réhabilitation de la théorie classique de la valeur à partir de la théorie des prix de production. Ainsi on montre que l'objet de l'analyse de Sraffa reprend la conception classique de production avec marché annuel. Le caractère unipériodale de l'analyse la circonscrit à l'étude des conditions de reproductibilité du système de production ce qui équivaut à la détermination des prix de production et de la variable de répartition endogène.

Dans le Chapitre III, les possibilités d'insertion de la théorie des prix de production de Sraffa dans une analyse de la théorie de la croissance, dite proportionnelle, sont appréciées, en prenant comme référence les réflexions de Joan Robinson sur la dynamique. Ceci nous conduit à conclure que la voie de dynamisation de l'analyse de Sraffa au sein de la théorie de la croissance équilibrée est critiquable en raison de la problématique de croissance dans laquelle elle s'insère.

Dans le Chapitre IV, nous analysons la méthodologie des secteurs verticalement intégrés, la méthodologie des sous-systèmes de Sraffa, le concept d'h.s.s. de Pasinetti et les apports du concept de h.s.s. à la théorie de la valeur. La théorie des prix de production de Pasinetti constitue une généralisation de la théorie de la valeur travail au sens de Smith si on remplace le concept de travail incorporé par le concept de travail hyperverticalement intégré. La possibilité de mener l'étude de l'évolution de la demande sans tenir compte des relations interindustrielles est un des avantages majeurs de cette méthodologie qui est aussi mis en relief.

Dans le Chapitre V, en s'appuyant sur le modèle de Pasinetti de 1981, nous analysons les conditions d'équilibre de courte-période et de longue-période. Le concept de marchandise-étalon dynamique ainsi que l'évolution non proportionnelle des prix relatifs, des quantités et de l'emploi sont mis en évidence. Les situations de chômage keynésien sont liées à des phénomènes de longue-période qui traduisent des disproportions entre les secteurs qui résultent d'anticipations incorrectes sur la composition de la demande. La possibilité d'application de cette méthodologie à des études d'économie industrielle est également envisagée.

Universidade de Coimbra, Janeiro de 1994.

## Da Cooperação ao Direito Cooperativo: para uma expressão jurídica da cooperatividade



### Rui Namorado

A problemática jurídica das cooperativas não pode deixar de ser encarada como segmento de uma realidade mais vasta, o fenómeno cooperativo, que só globalmente pode ser compreendido. E, para isso, tem de se determinar bem o seu código genético, de se percorrer atentamente o seu contexto, de se chegar ao seu sentido histórico mais fundo, para assim se ficar perante a evidência de uma trajectória que torne mais fácil destrinçar o efémero do duradouro.

A primeira parte deste trabalho mostra do fenómeno cooperativo o que é verdadeiramente essencial. Depois de sucintamente o identificar, vai, num rápido percurso, tornar óbvia a sua dimensão. Em seguida, fa-lo-á emergir do movimento operário como um dos seus aspectos, evidenciando a sua interacção com o socialismo novecentista, com os projectos utópicos, com a resistência ao capitalismo, sem esquecer essa matriz de radical humanidade que faz da velha cooperação entre os homens a verdadeira essência do fenómeno cooperativo moderno.

Na segunda parte, a procura da expressão jurídica da cooperatividade decorre no âmbito de uma análise da política cooperativa, única maneira de se poder avaliar o verdadeiro significado da produção legislativa que interfere com o sector. Procurar-se-á, então, esboçar o panorama da ordem jurídica do cooperativismo português, delineando-o em traços largos e salientando as questões mais importantes.

Embora radicado na realidade portuguesa, este trabalho abre-se, naturalmente, ao que de mais marcante ocorreu noutros países, bem como a outras ordens jurídicas. A própria universalidade do fenómeno cooperativo impõe esta dupla perspectiva: um olhar atento sobre Portugal, sem esquecer outras experiências e outras leis.

O direito cooperativo não pode, portanto, ser encarado como um conglomerado de preceitos que regem a vida de uma miríade de organizações dispersas, a que só um nome



ocasionalmente une, o que, não sendo posição reivindicada teoricamente por ninguém, é o pressuposto real que está por detrás da descuidada prática de muitos.

Achou-se, por isso, indispensável mostrar como a primeira raiz do direito cooperativo era a cooperação, modernamente expressa num movimento social dotado de um sentido histórico bem determinado. E a ordem jurídica desse movimento é, precisamente, o direito cooperativo, uma área jurídica sensível aos mais leves impulsos da instância política. Por isso, é imprudente estudá-lo fora da política cooperativa, sem uma equação prudente das estratégias em jogo.

Julga-se ter ficado mais nítido que o progresso do direito cooperativo se mede pela fidelidade com que consiga exprimir toda a cooperatividade, bem como pelo grau de refinamento que consiga atingir na sua eficácia específica. Por isso, o direito cooperativo como um objecto de estudo tem de incorporar toda a cooperatividade.

Defende-se com isto a desconexão com o mundo do direito? De modo nenhum. Esta fidelidade irreduzível às raízes só não correrá o risco de se tornar um encasulamento estéril, se estiver aberta ao intercâmbio com as disciplinas e as áreas jurídicas que com ela naturalmente se connexionem.

Universidade de Coimbra, Março de 1994

## Teses de Mestrado

**Encaixes Monetários Reais: um determinante do consumo? Uma análise teórica e empírica de um processo de integração moeda/economia real.**

**Vítor Manuel Leite Neves**

O objectivo primeiro desta dissertação é investigar a existência e importância de uma influência permanente e directa dos encaixes monetários reais no consumo, enquanto processo de integração das esferas monetária e real da economia.

Conclui-se que a influência dos encaixes reais no consumo é fundamental no plano teórico, porque resulta da natureza intrínseca das economias monetárias. Analisada a questão empiricamente, verificou-se que tal influência existe e que, em alguns países, como é o caso de Portugal, deverá ser mesmo muito significativa.

A investigação partiu da reconsideração do efeito de encaixes reais. Foi aqui definido como a acção decorrente da existência de uma relação permanente entre o *stock* de moeda real e o consumo, exercida directamente sobre a procura de bens de consumo por efeito das variações dos encaixes monetários reais possuídos pelo conjunto dos agentes económicos.

Tendo em atenção que a questão em estudo se situa na confluência das problemáticas da integração moeda/economia real e da(s) teoria(s) da função consumo, procurou-se entrosar as temáticas do efeito de encaixes reais, da utilidade da moeda e do problema da liquidez, e da teoria da escolha intertemporal do consumidor.

Chegou-se, assim, à problemática das restrições de liquidez. Estas restrições são geralmente estudadas no quadro da análise da função consumo, como via de resolução dos problemas decorrentes da inadequação empírica da hipótese do ciclo de vida/rendimento permanente. No entanto, considerou-se que as restrições de liquidez devem ser também abordadas numa perspectiva monetária.

Quando fundada no terreno das restrições de liquidez, a influência dos encaixes reais no consumo, durante muito tempo minimizada,

readquire nova importância. Mas restrições de liquidez e influência dos encaixes reais no consumo não devem ser pensadas como se de um mesmo fenómeno se tratasse. Conclui-se, então, pela necessidade de, num quadro renovado de abordagem das restrições de liquidez, considerar explicitamente a importância do constrangimento associado à insuficiência do *buffer stock* monetário na modelação do consumo.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Outubro de 1993

**O Capital Humano dos Trabalhadores e os Argumentos de Salários de Eficiência: a explicação da dispersão salarial na indústria transformadora portuguesa**



**Joaquim de Almeida Simões**

A existência de diferenciais salariais entre os indivíduos não é, naturalmente, um fenómeno recente.

O que pode considerar-se relativamente novo é o processo de construção de modelos capazes de equacionarem explicações e de conferir racionalidade económica a esse fenómeno. De facto, é apenas no início da década de 60 que o trabalho de investigação sobre esse tema assume uma dinâmica e intensidade marcantes.

A Teoria do Capital Humano (modelo neoclássico) desempenha, inquestionavelmente, um papel central nesse processo. Em primeiro lugar, pela consistência de algumas das explicações que preconiza. Em segundo lugar, porque vai desencadear grande parte do esforço de investigação subsequente, constituindo-se assim como o grande ponto de referência da literatura desenvolvida sobre a dispersão salarial.

Nessa tarefa de procura de explicações para os padrões salariais observados, outras construções teóricas têm merecido atenção considerável. A Teoria dos Salários de Eficiência é, claramente, uma delas. Equacionando explicações de forte componente sociológica, ela põe em causa uma série de pressupostos e implicações do modelo neoclássico.

O presente estudo pretende averiguar, precisamente, o desempenho explicativo das duas abordagens no caso da indústria transformadora do Continente português. Efectuou-se para isso uma análise empírica sobre uma amostra de trabalhadores, em que a variável a explicar (salário/hora) foi confrontada com uma série de factores explicativos.

Esse trabalho permitiu-nos concluir que ambas as teorias manifestam alguma capacidade para explicar os padrões de remuneração observados no espaço de incidência deste estudo, embora com alguma vantagem do modelo neoclássico. A educação,



a experiência e a antiguidade, variáveis essenciais da teoria do capital humano, parecem revelar, de facto, uma considerável capacidade de ajustamento à realidade, com algum realce para a primeira. Assinale-se, no entanto, que aparenta ser muito vasta a faixa de variância salarial não explicada no contexto deste modelo, o que remete, naturalmente, para a necessidade de se considerar outras explicações. No que se refere à teoria dos salários de eficiência, os resultados estatísticos sugerem um ajustamento de nível inferior. Das quatro variáveis ensaiadas, dimensão, intensidade capitalista, rentabilidade e sindicalização, apenas a primeira parece manter uma nítida correlação positiva com os níveis salariais, o que sugere, relativamente às previsões das várias abordagens enquadradas nesta teoria (modelo do absentismo, modelo de rotação da mão-de-obra, modelo da selecção adversa, modelos normativos ou sociológicos e modelo da ameaça sindical), que aquele que revela maior compatibilidade com os padrões de remuneração da indústria transformadora portuguesa é o modelo do absentismo.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Fevereiro de 1994

## Os factores determinantes na instalação de empresas brasileiras em Portugal

**Maria da Glória Felgueiras Nicolau**

A adesão de Portugal à Comunidade Europeia provocou um forte aumento do fluxo de investimento estrangeiro no país. Acompanhando esta tendência, grande número de empresas brasileiras instalaram-se em Portugal nos mais diversos ramos de actividade. Por outro lado, a internacionalização das empresas brasileiras também é um facto relativamente recente. É, sobretudo, a partir da década de 80 que muitas delas cruzaram fronteiras e passaram a possuir unidades produtivas ou de comercialização dos seus produtos/serviços fora do país. Estes dois factos, por si só, justificam este trabalho.

Tendo como base uma amostra aleatória de empresas brasileiras instaladas em Portugal, analisámos a cooperação existente entre empresários brasileiros e portugueses. Constatámos também que as principais razões que têm levado os empresários brasileiros a procurar investir fora do país são a possibilidade de expandir/consolidar as vendas ao exterior, através de estratégias como a globalização e/ou a racionalização de custos. Estes empresários têm como principal fonte de vantagem competitiva a experiência de gestão num ambiente sócio-económico instável como é o brasileiro.

Em relação à cooperação entre empresários portugueses e brasileiros, verificámos que, apesar dos incentivos à colaboração económica entre os dois países, as ligações empresariais não têm sido tão frequentes como seria de desejar, se tivermos em consideração o potencial de negócios existente.

No que respeita aos principais motivos que levaram os empresários a escolher Portugal como país de destino dos seus investimentos, estes devem-se sobretudo à expansão recente da economia portuguesa, à estabilidade político-económica e à abertura de maiores possibilidades para intervir no mercado europeu.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Março de 1994

**Inflação e Produto no período de 1997 a 1992 — Uma apreciação dos custos de transição para a estabilidade monetária**

**José Alberto Serra Ferreira Rodrigues Fuinhas**

Tendo como pano de fundo o caso português procurou-se com este estudo analisar as consequências do processo de transição das economias para a estabilidade monetária.

Começa-se por analisar as insuficiências dos indicadores da estabilidade monetária, abordando, em seguida, a questão da dicotomia curto/longo prazo entre custos e benefícios (de longo prazo) decorrentes do ajustamento à estabilidade monetária.

Analisam-se os principais benefícios atribuídos à estabilidade monetária, referindo os custos de ajustamento no âmbito de três escolas de pensamento económico (novos clássicos, monetaristas e keynesianos) que evidenciam entendimentos distintos acerca da dinâmica de ajustamento de curto prazo entre a taxa de inflação e o produto.

Finalmente, procede-se à confrontação dos diferentes modelos com os estudos econométricos que utilizam toda a informação estatística disponível de periodicidade trimestral.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Abril de 1994

**A Industrialização Recente em Viseu e o Desenvolvimento local. Natureza do efeito locativo e suas potencialidades**

**Elisabeth Ferreira da Silva Matos**

A abordagem do desenvolvimento não dispensa, actualmente, a dimensão local/regional.

Viseu registou recentemente um dinamismo que se encontra associado, em parte, ao aparecimento de novas iniciativas empresariais no sector industrial.

Este trabalho compreende, além da introdução e conclusões, três capítulos. O primeiro refere-se ao enquadramento teórico que pretende evidenciar o interesse teórico do conceito de "sistema produtivo local" na percepção dos dinamismos locais.

O segundo capítulo inicia a pesquisa de um ponto de vista empírico. Procede-se aqui a uma avaliação da dimensão do referido efeito locativo e à análise das variáveis internas, como a população, o emprego e as estruturas industrial e empresarial, com base na informação estatística disponível. A análise efectuada permite verificar uma tendência recente de acentuação das características urbana e industrial de Viseu, enquanto centro urbano, e, simultaneamente, uma certa especialização da sua estrutura industrial em alguns subsectores da metalomecânica e do vestuário.

No entanto, a concretização do objectivo deste trabalho exigiu que se procedesse à recolha directa de informação. Esta efectuou-se através de inquérito e entrevista a uma amostra de sessenta e quatro empresas, extraídas de um universo de análise previamente definido relativamente ao objecto em estudo. Os resultados da recolha de informação revelam um conjunto de características, essencialmente de natureza qualitativa, relacionadas com os empresários, as interdependências industriais e as decisões de localização das empresas, que possibilitam a definição de cinco argumentos explicativos de natureza diversa, mas de sentido convergente.

O terceiro capítulo compreende a justificação e o desenvolvimento desses argumentos. Entre estes, o principal corresponde à dimensão de





Viseu enquanto centro urbano e industrial. Apesar da sua natureza terciária anterior à industrial, a crescente concentração da população residente e das unidades industriais nas áreas urbana e peri-urbana traduzem o primeiro sinal dessa importância. A sua afirmação definitiva acontece quando se reconhece a função de catalização do mercado que o centro urbano promove, e as economias de custos de transacção e contacto que a aglomeração urbana também potencia.

Dos restantes, dois deles encontram-se parcialmente ligados e correspondem à longevidade dos sectores das madeiras e da metalomecânica! e ao conjunto de interdependências industriais locais que permitem reconhecer a fileira produtiva da Construção Civil e Obras Públicas.

Finalmente, são ainda identificados a organização em rede no sector do vestuário, que ultrapassa significativamente a dimensão local, e a existência de iniciativas de natureza exógena reveladoras da presença, nesta região, de factores que influenciam positivamente o cálculo económico em matéria de localização industrial.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Abril de 1994

## Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica

### Contributos para uma Análise Sociológica das Formas de Resolução dos Conflitos Colectivos de trabalho

**António Casimiro Ferreira**

O presente trabalho debruça-se sobre o papel central desempenhado pelo Estado na resolução dos conflitos de trabalho emergentes da negociação colectiva.

Partindo-se dos instrumentos de resolução dos conflitos — conciliação, mediação, arbitragem e intervenção administrativa — procura-se caracterizar a lógica de actuação do Estado e dos parceiros sociais face a esses mesmos mecanismos.

Parte-se de dois pressupostos: o papel central do Estado na "gestão" das formas de resolução dos conflitos; e o da especificidade da configuração dos relacionamentos que se estabelecem entre o Estado e os vários parceiros sociais. Procuramos utilizar conjugadamente uma análise classista orientada para os comportamentos dos actores sociais e relações que entre eles estabelecem, e uma análise estatista atenta aos padrões de actuação do Estado. Perspectivamos as formas de resolução dos conflitos associadas à negociação colectiva em função do seu potencial de regulação e produção de ordem social, tendo igualmente em consideração a utilização estratégica que o Estado delas faz, no contexto das suas funções de arbitragem social.

Não sendo a centralidade e hipertrofia do Estado português, nos modos de regulação social um fenómeno recente, iniciamos a nossa investigação com uma síntese histórica que visa descrever o papel do Estado perante as relações laborais durante o período do Estado-Novo. Na segunda parte do trabalho procede-se a uma análise das formas de resolução dos conflitos emergentes da negociação colectiva depois de 1974. Na terceira e última parte do trabalho, dá-se conta das observações directas dos vários processos conflituais que acompanhamos.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Janeiro de 1994



**Os Usos Sociais do Termalismo — Práticas, representações e identidades sociais dos frequentadores das Termas da Curia**

**Claudino Ferreira**

As férias, o turismo e os lazeres constituem, na actualidade, importantes dimensões da construção das identidades e dos estilos de vida dos grupos e dos actores sociais e são, por isso mesmo, terrenos privilegiados para a auscultação das transformações sócio-culturais em curso nas sociedades capitalistas do mundo ocidental. Isso mesmo tem sido salientado por uma ampla literatura de cariz sociológico, que tem vindo a desenvolver-se, um pouco por toda a Europa, em torno destas temáticas.

Em Portugal, no entanto, estas dimensões da vida social só muito recentemente despertaram a atenção dos cientistas sociais, pelo que é escassa a produção de conhecimento sobre os seus impactos e os seus significados. Em consequência, um amplo terreno abre-se à investigação sociológica neste domínio da realidade portuguesa. É uma parte desse terreno que este estudo explora, ao analisar as práticas e as representações dos frequentadores das estâncias termais portuguesas.

Enquanto locais de férias e espaços de consumo, as termas assentam o seu poder de atracção sobre as clientelas no modo como articulam de forma muito particular duas vocações distintas: a vocação terapêutica e a vocação lúdica. Estas duas vocações das estâncias termais atraem, hoje como no passado, clientelas socialmente diferenciadas, que se apropriam diferentemente do espaço e dos serviços lúdicos e terapêuticos das termas. A diversidade dos *usos sociais do termalismo* revela a inscrição, no espaço das termas, da diversidade dos estilos de vida, tal como se reflectem nas técnicas de gestão do corpo, nas formas de ocupação dos tempos livres, nas actividades de lazer e de consumo.

O estudo está dividido em três partes. Na primeira parte discutem-se uma série de hipóteses de trabalho e de instrumentos conceptuais capazes de orientar a interpretação sociológica das experiências de férias, em geral, e da temporada termal, em particular, no contexto das sociedades capitalistas do ocidente.

Na segunda parte esboça-se uma história social do termalismo em Portugal, procurando identificar as grandes linhas de evolução que, ao longo do século XX, marcaram as formas de apropriação e consumo do termalismo, enquanto produto simultaneamente terapêutico e lúdico. Interrogam-se, assim, os factores que configuraram a ascensão de algumas estâncias termais ao estatuto de centros turísticos de elite durante a primeira metade do século, a sua decadência no pós-guerra e a democratização do acesso às termas a partir da década de 1970.

Na terceira parte apresenta-se um estudo de caso sobre os *usos sociais das termas* na actualidade. Este estudo de caso, centrado na clientela das termas da Curia, procura interpretar a diversidade social das práticas e das representações dos termalistas, à luz dos estilos de vida e dos hábitos culturais dos grupos que confluem no espaço termal.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Março de 1994

